

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Há que encarar a pressão económica das famílias com desempregados de meia-idade e promover o reforço de apoios precisos

De acordo com os dados mais recentes da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, entre Fevereiro e Abril de 2026, a taxa de desemprego dos residentes fixou-se em 2,3 por cento, mais 0,2 pontos percentuais, em relação ao trimestre anterior, e a taxa de subemprego também subiu para 2,2 por cento. O que merece a nossa atenção é o facto de que, entre a população desempregada, continua a ser elevada a proporção de pessoas anteriormente empregadas nos sectores do comércio a retalho e do jogo. Estes dois sectores têm sido, ao longo dos tempos, áreas de emprego ocupadas principalmente pelas pessoas locais de meia-idade, e as oscilações registadas reflectem não só o ajustamento profundo das indústrias, mas também revelam directamente que o grupo etário de meia idade está a enfrentar sérios riscos de desemprego estrutural.

As pessoas de meia-idade suportam, de um modo geral, os encargos da sua família “com ascendentes e descendentes”, sendo muitas vezes os principais pilares económicos das suas famílias. Uma vez que caíam no desemprego ou no subemprego, isso não só implica a interrupção dos rendimentos pessoais, como também provoca directamente tensão na disponibilidade financeira das famílias. Uma situação de desemprego a longo prazo pode facilmente desencadear uma “ reacção em cadeia”: desde a impossibilidade de pagar os empréstimos hipotecários, até à necessidade de recorrer às poupanças para a velhice para pagar as despesas familiares, o que enfraquece gravemente a capacidade dessas famílias de resistirem a riscos e até constitui uma preocupação para a camada de base da sociedade. Por conseguinte, resolver o problema do desemprego das pessoas de meia-idade é, na realidade, a chave para assegurar a subsistência de dezenas de

milhões de famílias e a estabilidade social.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades dispõem de dados específicos sobre os desempregados de meia-idade, com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos; e as diversas obras adjudicadas pelo Governo e os respectivos serviços podem ser assegurados pelos locais. Vão então ponderar sobre a revisão da lei, definindo que não se podem contratar trabalhadores não residentes e que se devem contratar pessoas locais, dando prioridade à contratação de desempregados, por forma a aliviar a pressão do mercado de trabalho?

2. Como é que as autoridades vão avaliar o impacto da diversificação das indústrias sobre os trabalhadores de meia-idade? Dispõem de algum plano “amortecedor” para a reconversão profissional dos mesmos?

3. Como é que vão as autoridades otimizar os cursos de formação subsidiada para ajudar as pessoas de meia-idade a reintegrarem-se rapidamente no mercado laboral? Solicito ao Governo que encare seriamente as dificuldades dos residentes de meia-idade, que são da “classe sanduíche”, e que, para além de aumentar a transparência dos dados, defina políticas de apoio ao emprego específicas, quantificáveis e que cubram o “índice mínimo de subsistência das famílias”, a fim de manter a linha de base das necessidades fundamentais da população e salvaguardar a harmonia e a estabilidade sociais.

18 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hao Weng